

AMAURY PORTO DE OLIVEIRA

ALEMANHA E JAPÃO: POTÊNCIAS CIVIS DO SÉCULO XXI

6



Guerra

ESCULTURA
NO PÁTIO
DA CASA
DE ARTES
TACHELES,
BERLIM,
EDIFÍCIO
HISTÓRICO
TOMBADO



Um dos processos mais importantes da vida internacional, no pós-Segunda Guerra Mundial, vem sendo a evolução da Alemanha e do Japão. E a importância do processo não reside apenas na recuperação, por si mesma já extraordinária, de duas economias destroçadas e marginalizadas pelo conflito e que, no entanto, chegam ao fim do século como duas casas-de-força da revolução paradigmática em curso. Ainda mais relevante é a renovação profunda das relações internacionais, que as características especiais adquiridas por Alemanha

e Japão no pós-1945 vêm tornando factível.

A tese que procurarei desenvolver, neste artigo, é a de que a nova Alemanha e o novo Japão estão tornando visualizável, pela primeira vez na Idade Industrial, a consolidação de um período de estabilidade global sob a liderança de potência essencialmente civil. O choque catártico que transformou Estados militarizados e agressivos em aautos desses novos tempos foi, precisamente, a fragorosa derrota militar de Alemanha e Japão na Segunda Guerra Mundial. O grande triunfador, os EUA,

AMAURY PORTO DE OLIVEIRA é embaixador.

instalou no mundo a sua *Pax* sobre uma dupla contenção: a do antigo aliado, a URSS, movimento para o qual os dois grandes adversários da véspera foram aliciados como apoios principais; e o enleamento dos novos aliados nas malhas de um sistema estratégico-político-econômico estreitamente comandado a partir de Washington, de maneira a conter eventuais revanchismos da parte deles. O preço cobrado de Alemanha e Japão para se beneficiarem da segurança proporcionada pelo guarda-sol nuclear americano e da ampla ajuda econômica correlata foi a renúncia, pelos dois, de um dos atributos sagrados dos Estados no até então imperante sistema de Westphalia: o direito soberano a cuidar da defesa do próprio território. A concordância de Alemanha e Japão com esse rompimento de velhas práticas representou, nas palavras de conhecido professor alemão, "passo monumental", determinante do aparecimento de um novo contexto internacional, no qual as preocupações com o desenvolvimento econômico possam sobrepor-se às fixações de ordem militar (1).

Antes de prosseguir com essa ordem de idéias, há interesse em olhar para trás e verificar como já vem de longe um certo paralelismo na evolução dos dois países sob exame. Quando na passagem do século XVIII para o XIX se afirmou a sociedade industrial, não existia a Alemanha de que estou tratando e o Japão vivia inserido num outro contexto geográfico e cultural, situação ainda mais verdadeira em 1648, ano da assinatura do Tratado de Westphalia. A Alemanha e o Japão do nosso interesse surgiram para a vida internacional na segunda metade do século XIX, como exemplos acabados de industrialização tardia. As duas industrializações distinguiram-se do clássico modelo inglês, e se assemelharam entre si, ao terem dependido de forte ação governamental para a mobilização e redistribuição dos investimentos, num contexto de instituições financeiras centralizadas, níveis de consumo de massa relativamente baixos e poder econômico concentrado nas mãos de gigantes cartéis. Buscando abrir espaço na ordem internacional montada e controlada pelos anglo-saxões, alemães e japoneses levaram seus desafios, nos anos 30 do presente século, aos extremos conhecidos, daí resultando suas mencionadas derrotas (2).

Outra linha de força a ser recuperada é a da transformação tecnológica, tendência que se tornou marcada com a chegada da Idade Industrial: nas industrializações tardias de Alemanha e Japão, a ação estatal já foi em boa parte necessária para cobrir o fosso que a emergência da ciência e tecnologia (C&T) como variáveis semi-independentes de peso começara a acentuar, entre país industrializado e país não-industrializado. No pós-1945, as duas variáveis em questão adquiriram tal relevância que passaram a influir na estruturação da ordem internacional. Tornou-se possível falar de "modernização", como conceito que abriga toda uma série de transformações na vida social, em sentido oposto ao que era normal sob o sistema de Westphalia.

Edward L. Morse, da Universidade de Princeton, elaborou com agudeza esse conceito, utilizando para defini-lo um parâmetro proposto por Marion J. Levy, Jr: a modernização se mede pela razão das fontes inanimadas de força para com as fontes animadas; quanto mais elevada a relação, maior o grau de modernização. Ou nas palavras de Cyril E. Black: "Modernização é o processo pelo qual instituições historicamente formadas se adaptam às funções em rápida transformação como resultado do crescimento sem precedente do conhecimento humano, num processo típico da revolução científica que dá ao homem o controle do seu meio ambiente" (3).

Para captar a extensão do contraste entre a modernização, assim definida, e o mundo do velho sistema de Westphalia, vou referir-me a um estimulante artigo de Mark W. Zacher, no qual ele identifica seis pilares do "Templo de Westphalia", vale dizer, as condições prevaletentes sobre as quais se apoiava o alto grau de autonomia do Estado, nos seus assuntos domésticos e em particular nos seus assuntos exteriores, num sistema internacional em que era sagrada a soberania dos membros reconhecidos da comunidade internacional. Dos seis pilares de Zacher, contentar-me-ei com os três primeiros, por ele próprio julgados os mais importantes: a) um cálculo do custo-benefício do recurso à força (em especial pelas grandes potências), que tornava perfeitamente aceitável a utilização periódica da guerra, tornava desnecessários regimes fortes regulamentadores de tal utilização e es-

1 Hanns W. Maull, "Germany and Japan: the New Civilian Powers", in *Foreign Affairs*, vol. 69, nº 5, Winter 90/91, p. 96. A mesma tese é desenvolvida por Richard Rosecrance: *The Rise of the Trading State*, New York, Basic Books, 1986.

2 Toda essa problemática está bem desenvolvida em: Jack Snyder, *Myths of Empire*, Ithaca, Cornell University Press, 1993.

3 Edward L. Morse, *Modernization and the Transformation of International Relations*, New York, The Free Press, 1976. As citações de Levy e Black vêm na p. 7.

estimulava um alto grau de autarquia econômica; b) reduzidas externalidades físicas entre os Estados, com baixos danos transfronteiriços e, conseqüentemente, ausência de pressões por uma cooperação internacional para controlá-los; c) baixos níveis de interdependência econômica, tornando desnecessária a forte colaboração internacional no gerenciamento dos seus efeitos, e deixando-a passível de ser rompida pela guerra sem maiores perdas econômicas.

Tudo isso notoriamente mudou na segunda metade do século XX, em conseqüência antes de mais nada do acúmulo de avanços tecnológicos. O desenvolvimento das armas nucleares e a grande fragilidade das sociedades industrializadas alteraram por completo o cálculo do custo-benefício do recurso à guerra, reduzindo a importância do fator militar na vida internacional. Um bom número de atividades no âmbito doméstico dos países adquiriu peso de externalidades físicas internacionais - a poluição marinha, a chuva ácida, etc. -, com efeitos negativos sobre a saúde e o bem-estar das populações de outros países, tornando desejáveis formas de cooperação internacional constrangedoras da antiga autonomia dos Estados. Os fluxos transfronteiriços de informações e de capitais criaram um alto grau de interdependência entre as diversas economias, em termos que, sem ter ainda liquidado a centralidade dos Estados na condução das relações internacionais, vêm envolvendo os Estados num emaranhado de regimes internacionais explícitos e implícitos, crescentemente limitadores da noção de soberania.

É à luz desses desenvolvimentos que a ruptura com o sistema de Westphalia, assumida por Alemanha e Japão na esteira de suas derrotas na Segunda Guerra Mundial, faz dos dois países protótipos de potências de novo tipo, aptas a impulsionarem o mundo por caminho em que "buscar um novo sistema, de base mais segura e mais humana, dêixe de ser a perseguição de um sonho, aparecendo antes como esforço empós de objetivo necessário" (4).

Na minha leitura dos fatos, a transformação implícita no parágrafo anterior foi mais profunda no Japão do que na Alemanha. O Japão parece reunir maior número de condições objetivas para desincumbir-se da tarefa para a qual busca a História um

protagonista. É o que procurarei mostrar no restante deste artigo.

O pacifismo como política de Estado foi institucionalizado no Japão através do artigo 9º da Constituição de 1946, imposta ao país pelo ocupante militar americano. Redigido, ao que tudo indica, sob a supervisão do próprio general Douglas MacArthur, o artigo 9º encerra várias ambigüidades, permitindo por exemplo a interpretação de que o objetivo foi privar o Japão da capacidade de atacar em curto prazo os EUA, mas sem tirar-lhe o direito futuro a rearmar-se. O fato foi que, tão logo assinado o tratado de paz nipo-americano, de 1952, passaram os EUA a incentivar de todos os modos o rearmamento do Japão.

Dois ordens de fatores têm atuado, nos últimos cinquenta anos, em sentido oposto a essa pressão americana, de maneira a robustecer a natureza civil do Estado e da economia, no Japão. Há a oposição contínua da China e outros países da Ásia-Pacífico a qualquer esquema de rearmamento do Japão. E há a opção nitidamente civil, mercantilista, de forças domésticas que prevaleceram até hoje na estruturação e condução da vida político-econômica japonesa. A rocha sobre a qual tem assentado essa linha política é a chamada Doutrina Yoshida, do nome do primeiro-ministro japonês nos anos cruciais da "inversão de curso" dos EUA em relação ao Japão e da preparação do tratado de assistência mútua. Em brilhante estudo do que ele chama um dos mais importantes capítulos da história diplomática da segunda metade do século XX, Kenneth B. Pyle, diretor da Escola Henry M. Jackson de Estudos Internacionais da Universidade de Washington, afirma: "[...] perderá a essência da história política do Japão de pós-guerra quem não reconhecer que a orientação fundamental do país, no sentido do crescimento econômico e da passividade política, foi também produto de uma política externa cuidadosamente construída e implementada com brilho" (5).

Não é de imaginar que Shigeru Yoshida - homem muito rico e de esmerada educação, produto refinado da aristocracia samurai - tenha tido consciência de todas as implicações históricas e internacionais da orientação política que imprimiu ao Japão. Sua doutrina expressou a filosofia de um país mercantilista voltado para si mesmo,

4 Mark W. Zacher, "The Decaying Pillar of the Westphalian Temple: Implications for International Order and Governance", in James N. Rosenau e Ernst-Otto Czempiel (eds.) *Governance without Government*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1992.

5 B. Kenneth Pyle, "Japan, the World, and the Twenty-First Century", in Takashi Inoguchi e Daniel I. Okimoto (eds.), *The Political Economy of Japan*, vol. 2, Stanford, Stanford Univ. Press, 1988.

preocupado com a própria recuperação econômica e utilizando com habilidade raciocínios da Guerra Fria, de maneira a manter o Japão confortavelmente instalado sob a proteção nuclear dos EUA. Somente nos anos 80 começaria Tóquio a sentir a necessidade de abandonar seu alheamento dos problemas do mundo para além das fronteiras nacionais, assumindo um papel mais ativo no plano global. No meio-tempo, escapara o Japão de ver surgir no seu solo um complexo militar-industrial no estilo americano. Como expressão prática da filosofia pacifista de Yoshida, e possivelmente como a maior contribuição do velho estadista para o futuro do seu país, consolidara-se no Japão o que se pode chamar um complexo comercial-industrial (6).

Toda a lógica civil da segunda industrialização do Japão, com sua crescente superioridade e distanciamento em relação à lógica da produção fordista, apoiou-se no interrelacionamento da indústria japonesa com os setores governamentais e empresariais voltados para o comércio internacional. Enquanto os EUA, mantendo-se fiéis à dinâmica histórica do modelo americano da Segunda Revolução Industrial, seguiram investindo grandes volumes de recursos financeiros, materiais e humanos no desenvolvimento de tecnologia militar cada vez mais avançada, e escravizando-se destarte ao ritmo lento que os requisitos de otimização do desempenho e proteção de segredos impõem à inovação no âmbito militar, o Japão saiu na frente, absorvendo sem reservas tecnologias de todos os principais países industrializados, e desenvolvendo-as em consonância com o ritmo acelerado do mercado.

Não existe no Japão um vasto setor industrial dedicado especificamente à defesa. Em cada um dos grandes conglomerados comerciais-industriais (os *keiretsus*) há empresas, por vezes de grande porte e sempre do melhor preparo técnico, que trabalham para as forças armadas mas não exclusivamente para elas. Segundo algumas estimativas, a produção propriamente militar representa apenas 1% da produção industrial do país. Esse 1% processa-se, no entanto, no bojo de um tecido industrial de atividades extremamente diversificadas, que se estendem bem para lá do terreno militar. O Estado japonês beneficia-se, assim, da política

de investimentos dos *keiretsus* para a contínua atualização tecnológica da sua produção militar, sem grandes gastos de P&D, e não deixa de contribuir - através das encomendas específicas da defesa - para a prosperidade geral.

Será isso suficiente para caracterizar o Japão como potência civil? O Japão de hoje está longe, por certo, de ser país desarmado, e ninguém duvida que a indústria acima descrita reúna as condições materiais e de domínio técnico para dotar o país, rapidamente, até de um arsenal atômico. Mesmo o tão citado limite de 1% do PNB para os gastos com a defesa, limite que decorre de decisão governamental de 1976 e não inclui os crescentes gastos com o financiamento do dispositivo militar mantido no arquipélago pelos EUA, transforma-se anualmente em alentada soma, tendo em vista o gigantesco volume do PNB do país. Em volume, o orçamento de defesa do Japão é o segundo ou o terceiro do mundo. Mas dinheiro e armamento não implicam, necessariamente, militarismo. Tal como as forças armadas da Alemanha, as atuais forças armadas do Japão apresentam ambigüidade essencial, representativa das opções que venho examinando.

Em 1991, um especialista francês elaborou relatório sobre o estado do aparelho de defesa do Japão, acentuando a existência de três importantes debilidades, mesmo se em conjunto e do ponto de vista material nada tivesse esse aparelho de fraco. No plano operacional, existe incerteza quanto à aptidão para o combate de tropas sem treinamento adequado e experiência concreta. No tocante à organização das forças, falta uma estrutura de coordenação eficaz entre as três componentes das forças de autodefesa. E há, finalmente, a interdependência formal entre o Japão e os EUA em matéria de defesa, situação que introduz limites políticos à autonomia de decisão japonesa no terreno militar. O relatório francês acentua ainda a inexistência nas forças armadas japonesas de armamento capaz de penetrar profundamente no território do adversário e lá provocar destruição de grande amplitude. Ou, em outras palavras, o Japão vê-se desprovido de capacidade de golpeamento estratégico, num canto do mundo onde existem duas potências nucleares (Rússia e China) e um terceiro país (a Coreia do Norte) no limiar do clube atômico (7).

6 O conceito de "complexo comercial-industrial" é desenvolvido por Hsu Chieh-Lin: *Japan's Foreign Policy and Its Internationalisation Strategy*. Singapore, National University (Papers in Japanese Studies, nº 4), 1989.

7 Daniel Coulmy, *Le Japon et sa Défense*, Paris, Fondation pour les Etudes de Défense Nationale, 1991.



A capacidade dissuasória de que dispõe o Japão repousa nos progressos tecnológicos da sua indústria civil. Isso tornou-se patente nos anos 80, quando Ronald Reagan procurou entrosar o Japão na sua Iniciativa de Defesa Estratégica (a IDE, popularmente chamada "Guerra nas Estrelas"). Um dos principais objetivos da IDE - convém lembrar - era recriar o hiato tecnológico até meados dos anos 70 existente entre os EUA e seus principais aliados, e que precisamente dá a base para a ascendência do hegemon. No tocante ao Japão, os promotores da IDE procuraram colocar a seu serviço a tecnologia civil da indústria nipônica.

Em novembro de 1983, Reagan obteve do primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone um acordo administrativo (não sujeito ao referendo do Legislativo), pelo qual podiam ser levantadas - em favor exclusivamente dos EUA - as restrições a exportações de valor militar estabelecidas pela legislação japonesa. Em maio de 1985, uma missão de especialistas americanos visitou o Japão para estabelecer a lista das empresas suscetíveis de interessarem à IDE. A missão só visitou fábricas do setor civil, e a primeira exportação requisitada no quadro do acordo de 1983 foi um produto desenvolvido pela Toshiba para aplicação civil. Do seu lado, os *keiretsus* não demonstraram açodamento em aceder aos créditos da IDE, como estava acontecendo entre as grandes firmas européias. Temiam eles ver suas inovações tecnológicas caírem sob os interditos vigentes nos EUA para a comercialização de material ligado à defesa. E ainda mais preocupante, ver essas inovações reaparecerem em produtos civis dos concorrentes americanos. As ambições de Reagan em relação à IDE foram esvaziadas, como é notório, e o relacionamento tecnológico EUA-Japão seguiu seu caminho próprio, bastante complexo por sinal.

A pressão americana no contexto da IDE não deixara de encontrar eco em alguns setores japoneses, com efeitos que vale a pena examinar. Desde os anos 50, o Japão adotara política de auto-suficiência em matéria de armamentos. Construíam-se no país todas as belonaves, 90% dos aviões de guerra, 87% das munições e 83% das armas de fogo. Quase toda essa produção baseava-se em modelos americanos sob licença, e como existiram fortes restrições à compra de armamentos no exterior fora dos EUA, foi-se

firmado uma política de comprar no país. As encomendas governamentais representaram contínuo estímulo aos fabricantes de armamentos, que, embora seguindo enquadrados pela indústria civil, não vieram a cair em posição de irrelevante ancilaridade. Tipicamente reduzido era o esforço de P&D de tipo militar.

Foi nesse nível da P&DM que a investida americana dos anos 80 contra a arquitetura da Doutrina Yoshida, conjugando-se com a instalação no poder, em Tóquio, de correntes insatisfeitas com a linha pacifista, deu impulso ao que se tem chamado a economia *nichibei* (*bei* sendo a designação popular no Japão para os EUA: *beikoku*, o país de onde vem o arroz). Estimulados pelo grande entendimento político entre Reagan e Nakasone, poderosos grupos do Japão e dos EUA convergiram para uma parceria estratégica, cujas possibilidades de efetivar-se no plano internacional vêm sendo limitadas, no entanto, por uma série de outras situações.

Um par nipo-britânico de pesquisadores investigou, em 1992, os efeitos da parceria *nichibei* sobre a P&DM. Ao longo dos anos 80, acentuara-se a tendência a retomar e consolidar, no plano militar, os êxitos obtidos no passado graças à vitalidade econômica das empresas privadas. Três características da nova P&DM japonesa receberam destaque: a) dispositivos microeletrônicos originalmente destinados a produtos de consumo estavam sendo usados com grande eficiência em armas avançadas; b) as empresas voltadas para a defesa tinham passado a programar a prazo longo, visualizando sucessivas gerações do mesmo armamento; c) começavam a surgir sistemas originais, paralelamente às tecnologias usadas sob licença.

Papel de relevo adquiria o Technical Research and Development Institute (TRDI), órgão da Agência Japonesa de Defesa, em funcionamento desde 1952. Seus recursos materiais e humanos continuavam modestos: todo o pessoal administrativo e técnico a serviço do TRDI equivalia a um décimo do pessoal da Agência Britânica de Pesquisas de Defesa, e seu orçamento correspondia a menos de 20% do orçamento da repartição britânica. Mas o TRDI tornava-se mais ativo, apesar de continuar funcionando menos como centro de P&DM do que como órgão coordenador das atividades da

indústria civil suscetíveis de utilização militar. Os *keiretsu* tinham aumentado muito, nos anos 80, os seus investimentos em pesquisas de valor geral, em tecnologias crescentemente de aplicação dual, e isso dava aos fabricantes de material bélico de cada conglomerado a possibilidade de experimentar com tecnologias de ponta do próprio grupo.

Três motivos principais podiam ser identificados para a maior importância que estava adquirindo, no Japão, a P&DM. Havia, antes de mais nada, o desejo de superar o atraso tecnológico que muitos viam como a grande causa da derrota do país na Guerra do Pacífico. Seguir simplesmente licenciando tecnologia no exterior não parecia recomendável, pois o grande licenciador, os EUA, sempre poderia cortar o fluxo das licenças, numa exacerbação de tecnocracionalismo. Havia, depois, o fato de que estava crescendo a área geográfica dentro da qual os EUA iam passando ao Japão a responsabilidade por operações eventuais de defesa e pela coleta de informações científicas de valor militar. Para atender às novas responsabilidades sem expandir os efetivos das Forças de Autodefesa ou o respectivo equipamento, tornava-se mister dispor de material mais aperfeiçoado.

O terceiro dos motivos relacionados pelos investigadores tinha particular interesse. Prendia-se ao fortalecimento, no Japão, de uma corrente de pensamento que defende a necessidade de desenvolverem-se tecnologias de ponta, não apenas pelo interesse econômico e industrial, mas também para utilizar o poderio tecnológico como dissuasor estratégico e poderoso trunfo de barganha diplomática no plano mundial. Esse ponto de vista vem ganhando adeptos e, em maio de 1989, ... Keidanren dedicou um dos seus estudos periódicos da situação à conveniência de elevar os gastos com P&DM de 2% para 5% do orçamento da defesa, a fim de dar valor estratégico ao armamento do país (8).

Em suma, se é certo que a natureza dual da produção industrial japonesa tem contribuído para a crescente convergência de poderosos grupos de interesses dos EUA e do Japão, o que já diminui a eventualidade de uma guerra hegemônica entre os dois países, tem-se também que a lógica civil dessa produção cria oportunidades para o Japão afirmar sua preeminência, no Leste Asiático

co e mais além, em termos não-militares. Desde a abertura dos anos 80 vem-se fortalecendo naquele país a chamada "política abrangente de segurança", ou seja, a convicção de que ameaças externas podem ser respondidas também com medidas de natureza política e econômica, não exclusivamente militares.

Ressurge, aí, aquela visão da modernidade do Japão enquanto potência civil, em rompimento com o sistema de Westphalia. Evidentemente, não há unanimidade entre os japoneses diante das consequências da Doutrina Yoshida. As opções civilistas e pacifistas dessa escola sempre foram combatidas pelas correntes que desejam a revisão ou abolição do artigo 9º da Constituição, de maneira a permitir ao Japão - dotado de forças armadas fortes - perfilar-se como "país normal" no jogo mundial das grandes potências. A isso visa, em última análise, o empenho dos chamados reformistas, que desde 1993 estão buscando quebrar o domínio do Partido Liberal Democrático (PLD) sobre a política japonesa. O alvo dos reformistas é o sistema de governo reestruturado sob a ocupação militar americana, mas muito influenciado pelas concepções de Yoshida, e que, na opinião dos críticos, privilegia a ação dos burocratas do Executivo, dando preeminência ao Gabinete sobre o Parlamento. Se ao eleitorado fosse deixado fazer escolhas claras nos assuntos essenciais - prossegue a tese dos reformistas -, o Japão estaria dando a contribuição que dele cobram seus aliados ocidentais.

A resposta que virá a dar o eleitorado japonês a essa e outras postulações é problema de ordem doméstica, sobre o qual não me compete opinar. De outro alcance veio a ser, porém, a questão do papel do Japão no mundo pós-westphaliano. O Japão é, hoje, o único país do globo com recursos financeiros e tecnológicos à altura da tarefa premente de começar a corrigir os efeitos danosos dos dois precedentes modelos de sociedade industrial (o inglês e o americano), tanto na marginalização da maioria esmagadora da população humana, quanto na deterioração do meio ambiente planetário. Diante disso, parece-me perfeitamente legítimo que, assim como os países industrializados cobram ativamente do Japão que se envolva nos seus velhos jogos do poder, organizem-se os países não-industrializados e os marginaliza-

8 Cf. Hisashi Nakamura e Malcolm Dando, "Japan's Military Research and Development: a High Technology Deterrent", in *The Pacific Review*, vol. 6, nº 2, 1993. Ver ainda: Andrew K. Hanami, "The Emerging Military-Industrial Relationship in Japan and the U. S. Connection", in *Asian Survey*, vol. XXXIII, nº 6, June/93.

dos do mundo para cobrar do Japão o uso dos recursos à sua disposição na promoção de modelo de desenvolvimento mais universalmente justo e ecologicamente saudável.

Cabe assinalar que o discurso oficial japonês está repleto de pronunciamentos e propostas que caminham no sentido acima. Nenhum outro país do mundo aguarda, hoje, a chegada do novo milênio com a seriedade e o otimismo do Japão. Governantes e intelectuais analisam, num sem-número de discursos, relatórios e artigos, as exigências de um mundo que se aproxima, no qual indústrias apoiadas no conhecimento sobrepor-se-ão às indústrias consumidoras de capital e trabalho, e os japoneses virão na frente como os desbravadores da nova era. Tudo isso é bonito e válido, mas os japoneses não podem ter a ilusão de que vão mudar o mundo sozinhos, encastelados no relacionamento com os EUA. Nem podemos nós, os outros, manter-nos como espectadores das boas ações japonesas. Daí minha insistência em que cumpra às diplomacias dos países não-industrializados e à opinião pública mundial, manifestando-se através das organizações não-governamentais, pressionar o Japão a se desincumbir da sua tarefa histórica. Devemos ajudar o Japão a nos ajudar.

A ruptura do Japão e da Alemanha, nos anos 40, com a obrigação de manter-se militarmente forte fez dos dois os únicos, dentre os cinco países mais industrializados, a disporem hoje de superávits comerciais e financeiros, adequados para investimentos do mundo não-industrializado. O Japão, que se enleou menos do que a Alemanha em esquemas de defesa coletiva e não se vê às voltas com os gastos de reunificação territorial, dispõe a esse respeito de maior amplitude de ação. Acresce que o Japão permanece como o único país a ter definitivamente cruzado o fosso entre a área do subdesenvolvimento e o mundo dos países ricos. Além, portanto, de fonte de ajuda técnica e financeira de importância magna, o Japão tem a oferecer, aos países ansiosos por modernização, um elenco de experiências sem paralelo no globo. Os NPIs do Leste Asiático, e agora também a China, vêm-se abeberando com êxito nas lições japonesas, reforçando e ampliando o valor das mesmas.

Nessa ordem de idéias, cabe registrar o fenômeno em explosão do novo nacionalismo japonês, ao qual o semanário *The*

Economist dedicou (14/1/95) um suplemento, acentuando que nada tem ele a ver com o nacionalismo exaltado dos anos 30: "o novo nacionalismo vem contrabalançado por forte internacionalismo". Exponente lídimo do novo nacionalismo é o romancista Kenzaburo Oe, que em 1994 foi o segundo japonês a receber o Nobel de Literatura. Seu discurso de agradecimento na cerimônia de entrega do prêmio teve grande repercussão no Japão, como exemplo da convergência das duas correntes que se inter-relacionam no atual pensamento de vanguarda japonês: o respeito pelo que há de melhor na filosofia e literatura ocidentais e o orgulho pela cultura tradicional japonesa. Ao retornar a seu país, Oe foi galardoado pelo governo com a Medalha Cultural, a mais alta distinção japonesa, que inclui uma pensão. Oe recusou-a em carta aberta às autoridades, deixando claro que fazia isso como "um democrata do pós-guerra", vale dizer, como alguém imbuído do pacifismo da linha Yoshida (9).

O novo nacionalismo japonês tem uma vertente econômica, que na sua expressão mais extremada rejeita a visão corrente do Japão definindo-se para o mundo moderno, a partir da Restauração Meiji de 1868, graças ao esforço de emparelhamento (*catching-up*) com os países industrializados do Ocidente. Nessa nova formulação, o Japão em vias de penetrar no século XXI tem suas raízes, de aptidão para a sociedade do conhecimento e para o pacifismo, no período Edo, a fase histórica de quase trezentos anos que antecedeu a Restauração Meiji. Está em curso no Japão, conforme relata *The Economist*, um verdadeiro "Edo boom", com abundância de livros, peças de teatro e um museu especializado construído pela municipalidade de Tóquio, visando aproximar o japonês moderno de suas reais origens.

Desdobramento prático desse revisionismo histórico, especialmente relevante na perspectiva do Japão como mestre potencial de países desejosos de efetuar sua industrialização tardia, é a multiplicação de iniciativas com tal propósito, precisamente. Tanto o Ministério das Finanças quanto o Miti (este através sobretudo do Instituto das Economias em Desenvolvimento) intensificaram nos últimos três anos a realização de cursos e seminários para funcionários públicos e acadêmicos de países não-industriali-

9 Cf. Konomi Ara, "Nonconformist Nobel", in *Japan Update*, Jan./95.

zados, explicando-lhes o caminho da modernização japonesa e alertando-os para os perigos dos "programas de ajustamento estrutural", defendidos pelo Banco Mundial. A China tem-se mostrado particularmente interessada nos ensinamentos japoneses. O vice-primeiro-ministro Zhu Rongji, considerado o "czar da economia chinesa", acompanha o assunto com grande empenho, já tendo participado de seminário em Tóquio e de um outro nos primeiros dias de 1995, organizado em Pequim sob patrocínio do Ministério das Finanças japonês. A estrela do seminário de Pequim foi Eisuke Sakakibara, um dos mais ardorosos neoneo-nacionalistas, autor do livro *Beyond Capitalism*, em que ele descreve a economia japonesa como de mercado não-capitalista.

Conforme acentuei mais atrás, os duzentos anos de sociedade industrial sob comando anglo-americano resultaram na marginalização econômica e social de continentes inteiros, juntamente com a perpetuação e expansão do desemprego estrutural no próprio mundo industrializado, bem como na deterioração, que se acelera, do meio ambiente terrestre. A principal razão para este último resultado tem sido o fato de que praticamente todos os processos industriais e de transporte, na base da Primeira e da Segunda Revoluções Industriais, dependeram de insumos energéticos captados do carbono fóssil (carvão, petróleo e gás natural). E em que pesem os esforços das últimas décadas, no sentido de controlar ou reduzir as emissões de poluentes como os óxidos de enxofre e nitrogênio, tem-se que a liberação de CO₂ é inerente à queima de combustíveis fósseis. Não será possível conter o acúmulo já ameaçador de poluentes na atmosfera terrestre sem a alteração fundamental dos métodos vigentes nos sistemas industrial e de transportes. O segundo dos três pilares do sistema de Westphalia na lista de Mark Zacher (as reduzidas externalidades físicas entre os Estados) fendeu-se sem remissão. País mais algum pode sentir-se a salvo da deterioração ambiental, mesmo nos antípodas. A biosfera, aí incluída a camada inferior do espaço externo, globalizou-se, tornando imperativa uma resposta coletiva da comunidade humana para problemas que afetam a todos.

A conscientização da opinião pública internacional para a degradação em marcha do

habitat humano tomou forma no começo dos anos 70, sob o impacto de desastres ecológicos em geral ligados ao petróleo. Acidentes como o da explosão de um poço petrolífero em perfuração na plataforma continental da Califórnia (Canal Santa Bárbara) foram convergindo para o despertar das Nações Unidas para a matéria (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Conferência Mundial de Estocolmo, de 1972), ao mesmo tempo em que o sistema transnacional do petróleo dava início a uma extensa reorganização das suas estruturas. Solertemente apresentada ao mundo como consequência da ganância dos países exportadores de petróleo, a chamada "crise da energia" expressou, na verdade, o esgotamento do modelo americano da Segunda Revolução Industrial, modelo absurdamente malbaratador dos recursos naturais do planeta. Por toda parte surgiram repartições encarregadas da proteção do meio ambiente, mas que atuavam no interior das fronteiras nacionais, abordando sua tarefa como algo específico, desligado dos problemas locais e gerais do desenvolvimento econômico.

Dentro desses limites, a Agência do Meio Ambiente do Japão foi sem dúvida a mais bem-sucedida das repartições governamentais correspondentes. O "choque do petróleo", de 1973-74, sacudiu profundamente os setores público e privado do país, e as medidas de contenção dos gastos de energia e de aperfeiçoamento do rendimento energético de máquinas e motores, introduzidas no Japão em conjunção com inovações tecnológicas revolucionárias da época (a microeletrônica em particular), permitem que se localizem no Japão os primeiros sinais da gestação de um novo paradigma industrial, destinado talvez a substituir o fordismo. Vinte anos mais tarde, o consumo de petróleo no Japão caiu verticalmente, e uma indicação do progresso obtido na preservação do meio ambiente pode ser obtida quando se considera que, embora dispondo de PNB equivalente a 60% do PNB dos EUA, as emissões de dióxido de carbono no Japão, em 1991, corresponderam a um quinto da cifra americana. Em 1991, a emissão total de CO₂ no Japão foi de 339 milhões de toneladas; nos EUA, de 1.534 milhões de toneladas (10).

Tudo considerado, a contribuição do Japão para a decadência do meio ambiente

10 Cf. Hideo Imura, "Japan's Environmental Balancing Act", in *Asian Survey*, vol. XXXIV, nº 4, Univ. California Press, April/94, p. 367.

A VIDA TÍPICA DAS RUAS DE OSAKA, À NOITE, PELA QUAL A CIDADE É CONHECIDA EM TODO O MUNDO: O BURBURINHO DAS PESSOAS, A ATIVIDADE MERCANTIL, OS LETREIROS LUMINOSOS QUE SE ACENDEM



global, mesmo se considerável em termos absolutos como reflexo da crescente participação japonesa nas atividades econômicas mundiais, mostra-se relativamente pequena em comparação com a dos outros grandes países industrializados. Isso é demonstrável no tocante ao aquecimento global, ao fenômeno das chuvas ácidas, ou à depleção da camada de ozônio. O Japão dispõe de um conjunto de leis e regulamentos que, pelo menos em algumas das áreas de proteção ambiental, figuram entre os mais avançados do mundo. E, no entanto, esse país industrial crescentemente limpo ainda não se liberou da imagem de um eco-predador, resultante da "sombra ecológica" que sua reindustrialização acelerada projetou sobre o planeta: pesca agressiva em alto-mar; derrame de rejeitos fora do território japonês; importação maciça de madeiras provenientes do desflorestamento tropical; matérias-primas minerais raspadas indiscriminadamente de países distantes; transferência para o Terceiro Mundo de indústrias poluentes; etc...

Um esforço coerente por superar esse paradoxo começou a ser desenvolvido pelo Japão na fase preparatória da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, e ganhou impulso posteriormente. Em maio de 1991, a po-

derosa Federação das Organizações Econômicas (Keidanren) publicou sua Carta para o Meio Ambiente Global, fazendo eco ao Programa de Ação para o Século Vinte e Um (conhecido como "A Nova Terra-21"), divulgado no ano anterior pelo Miti. O apoio assim recebido do empresariado animou o governo a lançar formalmente, através do texto lido na ECO-92 pelo primeiro-ministro Kiichi Miyazawa, sua candidatura à liderança na criação de um meio ambiente saudável, base para o desenvolvimento econômico geral. No Rio de Janeiro, passou despercebido o anúncio japonês. Não há registro dele, por exemplo, nos cadernos especiais que o *Estado de S. Paulo* dedicou diariamente à conferência, entre 4 e 15 de junho de 1992. Mas a imprensa brasileira (*Folha de S. Paulo*, 3/6/92; *Estado de S. Paulo*, 14/6/92) captou uma outra importante indicação de que o Japão decidira sair, no terreno da ecologia, da sua tradicional posição de secundar os EUA. O Japão assinou a 13 de junho a Convenção da Biodiversidade, deixando o governo Bush sozinho na sua determinação de não aderir (11).

No contexto internacional, esse gesto de independência de Tóquio diante de Washington foi, na realidade, mais ponderoso do que o que terá parecido mais uma declaração governamental de boas intenções. O fim da Guerra Fria liberara o Japão de ter de

11 Yali Peng, "The Earth Summit and Japan's Initiative in Environmental Diplomacy", in *Futures*, vol. 25, nº 4, Cambridge (UK), May/93. Sobre o tema de grande atualidade do posicionamento do Japão na salvaguarda do meio ambiente, ver também, além do artigo da nota 10: Hanns W. Maull, "Japan's Global Environmental Policies", in *Pacific Review*, vol. 4, nº 3, Londres, 1991; David Potter, "Assessing Japan's Environmental Aid Policy", in *Pacific Affairs*, vol. 67, nº 2, Vancouver, Univ. of British Columbia, Summer/1994.

acobertar-se sob o guarda-sol nuclear americano diante da postulada ameaça soviética, e a ostensiva divergência com Washington num palco que concentrava a atenção mundial pôde ser vista como manifestação da intenção japonesa de situar o Japão num plano mais consentâneo com a importância econômica e tecnológica por ele já conquistada.

Os três anos já decorridos desde a ECO-92 vieram mostrando, no entanto, que a candidatura do Japão a líder do movimento de salvaguarda do planeta deve ser tomada a sério. A mudança de posição anunciada na ECO-92 ainda pôde ser criticada por seu substrato essencialmente tecnológico. Os burocratas do governo e os dirigentes de empresas tendem a reagir a problemas como o da degradação ecológica através de soluções tecnológicas e das oportunidades de lucros por elas trazidas. O debate doméstico que precedeu, no Japão, a conferência mundial do Rio de Janeiro deu nova amplitude, porém, à abordagem do problema. Em outubro de 1992, duas comissões consultivas a serviço da Agência do Meio Ambiente apresentaram seu balanço da ECO-92 e das repercussões internas, concluindo que a legislação em existência no Japão era insuficiente para conduzir de forma moderna o esforço de salvaguarda ambiental. Impunha-se uma revisão dos próprios sistemas de produção e consumo de massa, com vistas a uma sociedade em que o desenvolvimento econômico abrigue com moderação o meio ambiente e as pessoas aceitem novos padrões de comportamento e de estilo de vida. Em implementação dessas propostas, mesmo se alguma contundência lhes tenha sido retirada no processo legislativo, a Dieta aprovou, em novembro de 1993, a Lei Ambiental Básica, súmula de toda a regulamentação anterior e que, além de insistir no propósito de conduzir o desenvolvimento do país com o mínimo possível de cargas para o meio ambiente, proclama a responsabilidade do Japão no encaminhamento de esforços internacionais para conter processos como o aquecimento global, a depleção da camada de ozônio, a poluição marinha e a diminuição da diversidade biológica.

Em parte como decorrência dos êxitos tecnocráticos dos anos 70 e 80 na purificação do meio ambiente doméstico, a opinião pública japonesa demonstrou até alguns anos atrás pouca sensibilidade para os problemas

ecológicos. Nada havia no Japão comparável aos movimentos contestatórios da Europa ou dos EUA. Isso começou a mudar em função da ECO-92 e da sonoridade que começaram a adquirir, naquele país, as organizações não-governamentais. Multiplicaram-se nos últimos três anos os exemplos de câmaras municipais e distritais que estão reexaminando as questões ambientais nas suas jurisdições e pondo em marcha planos de salvação ecológica. O caso mais notável é o do "plano ambiental básico" da cidade de Kawasaki, aprovado em fevereiro de 1993 e que compõe-se de onze projetos interligados de tipo ambiental, energético e de convivência urbana.

Na ECO-92, o primeiro-ministro Miyazawa anunciou a decisão japonesa de destinar 7,7 bilhões de dólares, num período de cinco anos a começar de 1992, especificamente para ajuda de tipo ambiental a países em desenvolvimento. O chefe da delegação japonesa, Sadaaki Numata, fez a propósito o sugestivo comentário de que o Japão pretendia servir de ponte entre o mundo industrializado e o em desenvolvimento, apoiando-se na própria experiência de país que soubera escapar da pobreza, e que ademais fora capaz de superar destruições ecológicas sobre ele caídas (os bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki estariam bem provavelmente na lembrança do delegado japonês). De todo modo, a ajuda bilateral e multilateral japonesa de tipo ambiental tomou impulso depois da conferência do Rio de Janeiro. O Miti pôs de pé um Instituto de Pesquisas em Tecnologias Inovativas para a Terra (Rite, na sigla inglesa), onde estão trabalhando 200 pesquisadores em tempo integral. Também o Centro Internacional para a Transferência de Tecnologia Ambiental (Icett), que pretende treinar nos próximos dez anos 10.000 especialistas de países em desenvolvimento, nas técnicas de gerenciamento e defesa do meio ambiente. Como realizações práticas cabe ressaltar o importante trabalho que vem sendo desenvolvido com a China, na redução dos efluentes resultantes da queima de carvão na termelétrica chinesa; a intensa cooperação ambiental com Taiwan; e uma série de outras iniciativas, na Ásia, mas também em outros continentes.

Tudo o que permite que se considere com otimismo o papel à espera do Japão enquanto potência civil.